

A IGUALDADE E AS IMPLICAÇÕES DO *PROBLEMA DE SINGER*

Valdenésio Aduci Mendes *

Leandro Cisneros**

Resumo

*Apresento, nesse artigo, as implicações da idéia da igualdade na obra *Ética prática e Vida ética* de Peter Singer; sob a perspectiva da crítica esboçada por Richard J. Arneson no artigo: *O que, se algo, torna todos os humanos moralmente iguais?* Singer propõe que a igualdade entre humanos e não-humanos seja fundamentada no Princípio da Igual Consideração de Interesses Semelhantes. Arneson, no artigo *What, if Anything, Renders all Humans Morally Equal?*, analisa as idéias de Singer e afirma encontrar um “problema”. No seu entender, Singer reintroduz o elitismo, que, justamente, se propõe rejeitar. Arneson fez uma interpretação “distorcida” de Singer; o que se procurará demonstrar no presente trabalho. ****

Palavras-chave: *Moralidade, especismo, ética prática, utilitarismo, Princípio da Igual Consideração de Interesses Semelhantes, volições de segunda ordem, Richard Arneson*

Abstract

In this article I will develop the implications of the idea of equality in *Practical Ethics* and *Ethical Life* by Peter Singer, from the perspective of the criticism made by Richard J. Arneson in *What, if anything, washes all humans morally equal?* Singer proposes that the equality between human and non-humans beings is based on the “Principle of Equal Consideration of Similar Interests”. Arneson, on his turn, analyzes the ideas of Singer and affirms to find what he calls “Singer’s problem”. According to his understanding, Singer re-introduces the elitism that he claims to reject. In this paper I shall try to demonstrate that Arneson’s interpretation of Singer is not correct.

Key Words: *Equality, morality, speciesism, Practical Ethics, utilitarianism, Principle of Equal Consideration of Similar Interests, second order volition, Peter Singer, Richard Arneson*

1 - O “problema” de Singer

*“O preceito básico da igualdade não requer tratamento igual ou idêntico; ele requer igual consideração”.*¹

Na introdução do artigo, *O que, se algo, torna todos os humanos moralmente iguais?*² Richard J. Arneson critica a posição de Singer diante dos lugares comuns da ortodoxia ético-política. No seu entender, Singer desenvolve reflexões que desafiam nosso entendimento desses lugares comuns, forçando-nos a repensar a base e a natureza da igualdade moral de todos os humanos.

No segundo capítulo de *Ética Prática*, Peter Singer analisa as implicações do princípio moral da igualdade. O autor afirma que apesar das mudanças drásticas de atitude testemunhadas no século XX, na questão do aborto, do sexo fora do casamento, da homossexualidade, da pornografia, da eutanásia e do suicídio, a polêmica em torno dessas questões evidencia a dificuldade de um consenso que não parece estar próximo. Esse é o caso também da discussão relacionada à igualdade. O princípio de que todos os seres humanos são iguais, afirma Singer, mesmo fazendo “parte da ortodoxia ético-política predominante”,³ apresenta problemas e perde algo de sua força legitimadora, quando aplicado a casos particulares.

Observando-se superficialmente a realidade, pode-se facilmente dar razões aos que afirmam que somos todos iguais. A questão fundamental, para Singer, é, porém, a do estabelecimento de um critério justo que possa servir ao mesmo tempo de princípio e fundamento da idéia de que somos todos iguais.

Ao considerar as idéias de Singer, Arneson concorda que a mera participação na espécie biológica não é uma base suficiente para escolher alguns seres como tendo direito a maior consideração moral do que outros. Singer teria apontado duas falhas na racionalização da prática corrente de favorecer exclusivamente os humanos com um tratamento ético. Uma primeira dificuldade, apontada por Singer, diz Arneson, é a da incomensurabilidade entre as habilidades intelectuais dos humanos e as de outros animais,

[...] se as habilidades intelectuais dos humanos e de outros animais são incomensuráveis, só podem ser julgadas diferentes, não superiores, e a afirmação de que somente as habilidades cognitivas dos humanos lhes dão direito a uma posição moral superior a de todos os outros animais conhecidos, entra em colapso.⁴

Para Arneson, a segunda dificuldade encontrada por Singer para defender privilégios morais especiais para humanos desdobra-se da primeira dificuldade apontada. Singer não admite o elitismo moral ou “especismo”⁵, pois defende que “todos os animais são iguais”. Nas obras: *Ética prática e Vida ética*, Singer desenvolve argumentos para combater o “especismo”. Analogamente aos nazistas que violam o princípio da igualdade, ao atribuir valor exclusivo aos interesses de arianos em detrimento dos interesses de judeus, os especistas, segundo Singer, “atribuem maior peso aos interesses dos membros da sua própria espécie quando há um conflito entre esses interesses e os de outras espécies”.⁶

O especista defende que a dor sentida por um rato, ou um coelho não é tão má quanto a dor sentida por um humano. Na verdade, diz Singer, “o limite da senciência (capacidade de sofrer ou sentir prazer ou felicidade) é a única fronteira defensável da preocupação pelo interesse alheio”.⁷ Para Singer, a igualdade entre os humanos só se constitui de modo defensável a partir do *PICIS*⁸, independentemente de raça, cor, ou inteligência, tendo por elemento básico, “[...] - o fato de levar em conta os interesses do ser, quaisquer que sejam esses interesses - deve ser estendido, segundo o princípio da igualdade, a todos os seres, negros ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não-humanos.”⁹

Arneson discorda da proposta de Singer para eliminar o elitismo moral, pois, defende que na determinação do *status* moral fundamental existem capacidades moralmente significativas que podem variar de indivíduo para indivíduo. Arneson formula o “problema de Singer” na seguinte questão:

Caso se aceitar que as capacidades moralmente significativas à determinação do *status* moral fundamental de um ser variam de indivíduo para indivíduo em grau [...] o problema é especificar princípios morais que determinem o *status* moral fundamental e que assegurem *status* superior a humanos em relação a outros animais, com base em suas capacidades cognitivas superiores através de espécies e indivíduos.¹⁰

Segundo Arneson,

[...]a posição de Singer admite que humanos em geral têm interesses complexos e ricos que provêm de sua vida mental rica e complexa, e desde que animais não-humanos não têm interesses complexos e ricos de maneira correspondente, o *PICIS* como Singer o interpreta permite a preferência legítima por humanos quando interesses humanos e animais estão em conflito.¹¹

Se há seres que têm interesses mais complexos e ricos do que outros, deve-se, por isso, estabelecer preferências nos interesses? Teria Singer reintroduzido, de alguma forma, o elitismo moral que ele combate com afincos, ou estaria Arneson confundindo os termos “preferências” e “prioridades”? Arneson parece não entender a proposta de Singer.

Sem dúvida, Singer reconhece nos humanos uma vida mental rica e complexa, e, que, em função dessa riqueza mental há interesses humanos que parecem ser mais complexos, também. Mas, o que parece duvidoso, na perspectiva crítica de Arneson, é se, de fato, depreende-se das idéias de Singer alguma espécie de elitismo moral. É certo que Singer reconhece que há muitas áreas onde as capacidades mentais superiores dos seres humanos adultos normais fazem diferença: antecipação, memória mais pormenorizada, (maior conhecimento do que está a acontecer).¹² Estas diferenças podem explicar porque pessoas humanas, em certas condições, podem sofrer mais do que ratos, quando submetidas à experiências científicas extremamente dolorosas. De certa maneira, a angústia mental vivenciada pelo humano o torna mais suscetível à dor. No entanto, ressalta Singer, o que está em jogo não é a precisão na comparação do sofrimento entre membros de diferentes espécies, até porque, “não existem boas razões, científicas ou filosóficas, para se negar que os animais sentem dor. Se não duvidamos de que outros humanos sentem dor, não deveríamos duvidar de que também outros animais sentem”.¹³ Não é pelo fato de uma espécie sofrer menos do que outra, em alguma situação, que não devemos aplicar o *PICIS*, pois “a dor e o sofrimento são coisas más e, independentemente da raça, do sexo ou da espécie do ser que sofre, devem ser evitados ou mitigados”.¹⁴ Em outras palavras, o que torna semelhante a dor para indivíduos de diferentes espécies, é o fato de que, para quaisquer deles, a dor é uma experiência indesejável.

Para Arneson, o princípio utilitarista da *Igual Consideração de Interesses Semelhantes* não

é um bom princípio para regular conflitos de interesses entre humanos e não-humanos. Arneson forja, portanto uma outra versão do utilitarismo denominada utilitarismo limítrofe. O princípio de Arneson consiste no seguinte: se há conflito de interesses entre dois seres, para que o “fiel da balança” penda para um dos lados há que, primeiramente, se perguntar se dos dois seres, um deles possui algum nível limite para mais de habilidade cognitiva. Se, um dos seres o possui, seus interesses contam mais do que a satisfação dos interesses do outro, que não o possui. Ao primeiro ser será atribuído *status* moral mais elevado, porque detentor de habilidades racionais e cognitivas.

Citemos um exemplo: dois pais disputam uma única vaga na creche para seus filhos. Um deles é professor universitário, o outro é analfabeto. Aplicando o princípio defendido por Arneson, parece não restar dúvidas de que o primeiro pai terá seu pedido atendido, e poderá dessa maneira, atender o interesse do filho; aplicado o princípio defendido por Singer, o segundo pai terá sua solicitação atendida, pois, defende que só podemos rejeitar essa “hierarquia de inteligência” e esquemas fantásticos semelhantes do elitismo moral se estivermos convencidos de que,

[...] *a reivindicação da igualdade não se baseia na posse de inteligência, de personalidade moral, de racionalidade ou outros dados semelhantes. Não existe nenhuma razão logicamente imperiosa que nos force a pressupor que uma diferença de capacidade entre duas pessoas justifique uma diferença na consideração que atribuímos aos seus interesses. A igualdade é um princípio ético básico, e não uma assertiva factual (grifos meus).*¹⁵

Se, pelas razões oferecidas por Singer, não podemos defender, nem fundamentar a desigualdade moral entre os humanos, principalmente pela “hierarquia da inteligência”, por que deveríamos sustentar que todos os animais, humanos e não-humanos, devem estar sujeitos à essa fundamentação da desigualdade? Pelo fato de serem destituídos de nossa forma de linguagem, ou de razão? Para Singer devemos tratar igualmente a todos os animais devido ao fato de que: “Interesses são interesses e devem ser considerados por igual - sejam eles interesses de seres humanos ou de animais, com ou sem consciência de si”.¹⁶ Se o interesse é alimento, água ou abrigo, por exemplo, não interessa onde está a fonte da necessidade, se num ser humano ou não, nem o quociente de inteligência. Há que se buscar formas de considerar igualmente os interesses presentes. Crianças e pingüins têm interesses, isso é inegável. Crianças têm interesse em brincar, conviver pacificamente entre os seus membros; pingüins também os têm: não querem sentir dor, não desejam pinche dos navios petroleiros em seus corpos. Entre construir laboratórios para atender os interesses dos pingüins e construir creches e escolas para crianças quando as verbas públicas são escassas, tende-se a dar a prioridade às crianças. Mas, dar prioridade, não significa, na perspectiva de Singer, que se deve conferir menor *status* moral aos não-humanos, e que não se deva atender a seus interesses. Uma sociedade justa também deveria pensar políticas públicas para atender esses interesses, afinal as catástrofes sofridas por esses seres não são resultantes da ação humana?

O equívoco de Arneson é esse: confundir “interesses” com “prioridade” e afirma que Singer dá prioridade no atendimento dos interesses humanos em detrimento dos interesses dos não-humanos

com base no maior grau de inteligência daqueles. Nesse sentido, apoiados, todavia, em Singer, pode-se perguntar a Arneson, por que os seres autoconscientes devem ser considerados mais valiosos, e a eles ser conferido um *status* moral mais elevado?

Portanto, não parece ser tão plausível assim, sustentar que Singer estabelece um nível limítrofe de habilidade cognitiva como base para o reconhecimento de interesses em caso de conflitos de interesses. Segundo Arneson há duas respostas atraentes para pôr fim à confusão que Singer teria feito, quais sejam: a) especificar um aspecto limítrofe que determine o *status* moral de tal modo que não varie significativamente em grau, uma vez que se tenha ultrapassado tal limite; b) especificar um aspecto moral que não varie em grau: ou se o tem ou não, de tal modo que os possuidores de aspecto moral X são pessoas, e os não possuidores não o são.

Para Arneson, a teoria da justiça de John Rawls delineia um limite denominado “personalidade moral” como a base para conceder direitos morais básicos. Uma das características fundamentais da “personalidade moral”, o atributo do senso de justiça, varia em grau nas pessoas. Ora, o ponto fraco dessa base limítrofe é a impossibilidade de estabelecer tal habilidade de forma não arbitrária, pois admite graus. Arneson não menciona (o que é curioso) a análise que Singer faz da teoria de Rawls, mas, é importante destacá-la.

Na tentativa de solução para o problema da base que dê fundamentos ao princípio da igualdade, Singer busca apoio nas idéias de Rawls. Este sugere que “a igualdade pode fundamentar-se nas características naturais dos seres humanos”¹⁷, desde que selecionemos aquilo que ele chama de “propriedade de âmbito”. Ou, em outras palavras, a “propriedade de âmbito” tem o sentido de propriedade moral; propriedade essa que todos os seres humanos possuem igual e virtualmente.¹⁸ Segundo a interpretação que Singer faz de Rawls, uma pessoa moral deve possuir uma qualidade que se sobressai em relação às demais qualidades humanas, qual seja, o senso de justiça. Em síntese, para Rawls, somos todos iguais, porque todos temos em comum uma personalidade moral, base da igualdade. Entretanto, ressalva Singer, o uso da personalidade moral como base da igualdade não está livre de problemas. A primeira objeção de Singer em relação à teoria de Rawls refere-se à graduação da personalidade moral. Ora, se a personalidade moral é relacionada ao senso de justiça que cada membro da comunidade moral deve possuir, por suposto que haverá graduação do senso de justiça nessas personalidades. Isto porque, afirma Singer, “algumas pessoas são extremamente sensíveis a questões de justiça e ética; outras, por uma multiplicidade de razões, têm somente uma consciência limitada de tais princípios”.¹⁹

Sendo assim, se o mínimo exigido para identificarmos a base da igualdade é o senso de justiça, fica demonstrado que tal base fica comprometida, uma vez que as graduações não permitem, nas palavras de Singer, traçar uma linha que delimite esse mínimo. Tenhamos presente o exemplo dos psicopatas utilizado por Singer.²⁰ Tal exemplo parece nos indicar que se a graduação do senso de justiça em um indivíduo obedecesse a uma escala de 0 a 100, talvez os psicopatas estariam na escala zero. Certamente que indivíduos com problemas mentais, bebês e crianças também estarão muito

abaixo de um padrão moral mínimo. Neste caso, são, pois, seres deficientes de um senso de justiça, o que os colocaria em pé de desigualdade, comparados com os demais membros da comunidade capazes de contratar. A título de contribuição para a ampliação da discussão vale apresentar aqui a análise que Felipe faz, seguindo a crítica de Regan sobre os limites morais do contratualismo:

Regan considera a posição contratualista muito frágil. Os indivíduos que sofrem e que por sua condição não podem pleitear direitos, nem forjar contratos, ficam, na verdade, à mercê do sentimento moral de uma pessoa ou de um grupo, que toma a decisão de cuidar para que sejam garantidos os meios necessários à minimização de seu sofrimento. Mas, quando o indivíduo não tem ninguém que o represente, não há ninguém que se obrigue a cuidar de seu bem-estar.²¹

Singer arremata sua crítica à teoria de Rawls afirmando que a “personalidade moral” não oferece uma base satisfatória para o princípio de que todos os seres humanos são iguais, duvidando, pois, que, “[...] qualquer característica natural seja ela uma ‘propriedade de âmbito’, ou não, possa desempenhar essa função, pois duvido que exista qualquer propriedade moralmente significativa que todos os seres humanos possuam por igual.”²²

Temos, mais uma vez, um argumento do próprio Singer contra a tese de Arneson, que o acusa de defender um limite cognitivo para conferir direitos a humanos e a não-humanos.

2. Volições de segunda ordem, infortúnio, visão de prioridade e a base da igualdade

No mesmo artigo, Arneson analisa a proposta de Harry G. Frankfurt, o qual distingue pessoas de outros seres com base na idéia de que aquelas têm volições de segunda ordem. Em outras palavras, pessoas têm desejos sobre seus próprios desejos reais ou possíveis, sendo que, aqueles que não têm desejos sobre seus próprios desejos, não entram na classe das pessoas. Aqueles têm desejos de primeira ordem, mas carecem de volições de segunda ordem, isso porque, segundo Frankfurt,

[...] um ser capaz de volições de segunda ordem deve ter capacidades, perceptivas e de raciocínio sofisticadas. Ele supõe que um ser com volições de segunda ordem seja um ser que reflita sobre o tipo de ser que deseja ser e sobre o tipo de motivações que determinam suas ações. Um tal ser cuida da qualidade de seus desejos e motivos, tem uma certa profundidade psicológica.²³

Contrariamente ao que defende Frankfurt, Arneson afirma que, ter volições de segunda ordem não é condição *sine qua non* para que alguém possa ser categorizado como pessoa. Da mesma maneira, carecer de ditas volições de segunda ordem não nos coloca no grupo das não pessoas. De fato, se a “profundidade psicológica” de uma pessoa é condição para defini-la como pessoa moral, certamente a grande maioria dos indivíduos humanos não agiria moralmente, porque muitas vezes praticam suas melhores ações sem entrarem nos recônditos de suas motivações psicológicas. Ter

“volições de segunda ordem”, no entender de Arneson, seria suficiente, mas não necessário, para o reconhecimento da personalidade moral de um ser humano.²⁴

Por sua vez, a visão de prioridade, conforme elaborada por Derek Parfit e empregada por McMahan, estabelece que o valor moral em obter um pequeno aumento no bem-estar para uma pessoa é tanto maior quanto menor for o nível de bem-estar anterior da mesma.²⁵ Nas palavras de Arneson, de acordo com a visão de prioridade, algo importa, além da soma agregada de utilidade, a saber: como o benefício é distribuído entre as pessoas. Na visão de Arneson, o utilitarismo pode dispensar uma teoria da igualdade humana; a visão de prioridade não o pode.

Sem dúvida, é louvável fazer justiça na sociedade a partir do princípio da prioridade do benefício, mas, na perspectiva de Arneson, o problema persiste, na medida em que McMahan procura estabelecer o critério de justiça a partir da definição de “extensão da deficiência” ou da “invalidez cognitiva” como critério para definir uma justa distribuição dos bens. Mais uma vez, vale relembrar os argumentos de Singer contra o estabelecimento de um princípio de que pretenda apoiar-se em bases factuais, tal como o proposto por MacMahan.

Singer considera que o *PICIS* seja um bom princípio para expurgar o racismo e o sexismo enquanto práticas políticas e morais não-igualitárias. Mas, o que dizer daquela sociedade hierárquica comentada no início da exposição? Este tipo de não-igualitarismo também é refutado por Singer, uma vez que o reconhecimento e a consideração de interesses, dos outros, não implica em levar em conta aptidões ou outras características, como inteligência. Fica refutado, dessa maneira, a inteligência enquanto característica que possa fundamentar a distribuição justa de bens, porque há interesses mais fundamentais, por exemplo, o de não sentir dor, que independe do grau daquela habilidade²⁶. Em suma, com base no *PICIS*, fica excluída a defesa de uma sociedade que queira pautar-se em formas não igualitárias de atribuição de benefícios, sejam estas, sexistas, racistas, ou mesmo hierarquizada com base nas diferenças de inteligência e outras características físicas quaisquer. Mas, Singer nos faz uma importante observação quanto à natureza do princípio. Diz que: “A igual consideração de interesses é um princípio mínimo de igualdade, no sentido de que não impõe um tratamento igual”.²⁷

Singer destaca duas implicações possíveis da adoção do *PICIS*, como princípio mínimo de moralidade. No primeiro exemplo, Singer fala de duas pessoas (X e Y) com ferimentos nas pernas. X, em estado agonizante, sofre uma dor intensa na perna, devido a um esmagamento. Y, apresenta um ferimento na coxa, sem riscos maiores. A pessoa que presta socorro tem apenas duas doses de morfina. Um tratamento igual pondera Singer, sugere que se dê uma dose de morfina a cada uma das vítimas. Mas, este procedimento não aliviará a dor da pessoa agonizante, que está com a perna esmagada. Se quisermos ser coerentes com o *PICIS* não devemos vacilar em aplicar as duas doses de morfina na pessoa que sente dores mais intensas, mesmo que isso resulte num tratamento quantitativamente desigual, para aquele ferido menos gravemente. O procedimento de tratar os pacientes desigualmente, diante da dor manifesta, é a única forma de se chegar a um resultado igualitário. Isso está de acordo, segundo Singer, com o princípio da diminuição da utilidade marginal.²⁸

Além da implicação quantitativamente não-igualitária esboçada, Singer aponta, ainda, uma outra, mais polêmica, também decorrente do *PICIS*: “O princípio da diminuição da utilidade marginal não funciona, ou é anulado por fatores que atuam com a mesma força”.²⁹ Vejamos o que significa.

Feitas algumas variações, o exemplo anteriormente usado pode ser reaproveitado. Temos, agora, duas vítimas, X e Y, sendo que X apresenta-se mais gravemente ferido do que Y. X, perdeu uma perna e corre o risco de perder um dos dedos do pé que lhe resta. Y, a outra vítima, caso receba atendimento imediato, pode ter sua perna salva. A pessoa que presta o socorro tem recursos médicos para uma só pessoa. Diante de tal situação, o que nos levaria a fazer o princípio da igual consideração de interesses, caso fôssemos o médico? Para Singer,

[...] faremos mais para favorecer imparcialmente os interesses, considerados, daqueles afetados por nossos atos, se nesse caso, usarmos os recursos limitados em favor da vítima menos gravemente ferida, e não daquela que sofreu ferimentos mais graves [...] Assim, em casos especiais, a igual consideração de interesses pode aumentar, em vez de diminuir, a diferença entre duas pessoas em níveis distintos de bem-estar. É por esse motivo que esse princípio é um princípio mínimo de igualdade, e não um princípio igualitário perfeito e consumado.³⁰

O que ambos os exemplos nos demonstram? Que a idéia de igualdade não é algo pressuposto como uniformidade, uma espécie de entidade metafísica. Singer assim o expressa: “*O princípio da igualdade entre os seres humanos não é uma descrição de uma suposta igualdade concreta entre os humanos: é uma prescrição de como deveríamos tratar os seres humanos*”.³¹ A padronização, contrariamente ao que pode ser suposto, não leva à igualdade, tal como ocorreu no sistema socialista soviético, por exemplo. Isto, por outro lado, não nos faz concluir que os ideais liberais individuais, sustentados por uma razão meramente instrumental, nos levarão necessariamente a uma sociedade pautada nos princípios da igualdade. De qualquer maneira uma pergunta ainda é possível: se o socialismo, que buscou uma certa padronização da igualdade, não deu certo, e, se o capitalismo faz aumentar o abismo entre ricos e pobres, então, que alternativas vislumbraria Peter Singer? O *PICIS* seria suficiente para pensarmos as bases de uma sociedade mais justa?

Singer descarta a possibilidade da defesa de uma sociedade pautada em formas não igualitárias como as do sexismo, racismo, ou da hierarquia social com base nas diferenças de inteligência e na incapacidade, tanto intelectual quanto física. O limite da senciência³² escreve Singer, “é o único limite defensável da preocupação com os interesses de outros. Marcar esse limite utilizando alguma outra característica, como a inteligência ou a racionalidade, seria marcá-lo de forma arbitrária”.³³ Portanto, se pudermos admitir uma sociedade na qual todos os seus membros têm acesso aos bens produzidos, e isto trazer como conseqüência a eliminação de qualquer forma de discriminação, seja contra humanos ou não, então, essa parece ser a sociedade mais desejável possível. Por outro lado, se, apesar da distribuição eqüitativa dos bens, ainda assim, detectarmos formas discriminatórias, tal não seria uma sociedade desejável. O que está em questão, para Singer, pode-se concluir, é o igual tratamento dispensado para atender interesses semelhantes de quaisquer indivíduos de uma sociedade, independentemente do modo de produção que se estabeleça em dada sociedade, seja ela socialista

ou capitalista. Mas, o questionamento do resultado que têm produzido ambos tipos de sociedades, a socialista soviética e a capitalista, certamente, nos leva a considerar a aplicabilidade do *PICIS* defendido por Singer.

Mas, poderíamos objetar, o princípio da igualdade de oportunidades, não seria superior ao *PICIS*, quando tratamos de pensar uma sociedade mais justa,? Singer analisa o princípio da igualdade de oportunidades no âmbito da educação. Há uma idéia, difundida na sociedade, de que a educação é o espaço por excelência no qual se deve criar a igualdade de oportunidades. Em tese, a idéia é perfeita, mas, as práticas sociais têm demonstrado que a igualdade de oportunidades não ocorre, de fato, porque o acesso ao conhecimento se dá de forma desigual.

No Brasil, trabalhando-se com a tese de que todas as crianças têm acesso ao ensino fundamental e têm garantida a permanência na escola subsidiada pelo Estado, mesmo assim, constata-se que estas condições não garantem que tais crianças estão em pé de igualdade para disputar uma vaga, futuramente, no mercado de trabalho, com as outras, que freqüentam escolas privadas. Essas outras, cujo ponto de partida foi a escola privada, e cujas condições de vida foram mais favoráveis, levarão vantagem naquela disputa. Tal exemplo demonstra que a igualdade de oportunidades não passa de uma idéia fantástica para escamotear as desigualdades sociais. Neste sentido, não há como fazer a defesa de que o princípio de igualdade de oportunidades seja moralmente superior, quando comparado ao *PICIS*. Desde a perspectiva de tal princípio temos que nos perguntar por que os resultados obtidos por um aluno A de uma escola X não foram tão bons quanto os do aluno B de uma outra escola Y. O princípio da igualdade de oportunidades, na prática, recompensa os que têm sorte, os que tiveram a oportunidade de acessar os meios para desenvolver suas aptidões. Por outro lado, castiga os que não nasceram sob a égide de tais venturas, deixando-os à margem do sucesso social. Diga-se de passagem, o prioritarismo, enquanto modo de fazer justiça social, se delineado por princípios excludentes, como o da capacidade cognitiva, estará fadado ao fracasso, se proposto para fundar a igualdade.

3 - Kant e a igualdade

A proposta kantiana resolveria o “problema de Singer”? Kant aprendeu de Rousseau, ressalta Arneson, a proposição de que a base da igualdade humana é a dignidade que cada pessoa humana possui em virtude de sua autonomia. Qualidade humana essa que, por sua vez, não está separada da capacidade racional. Os animais, por exemplo, por não serem detentores de uma razão, agem por puro instinto, e, nesse sentido, não são seres autônomos, pelo contrário, são heterônomos, pois não agem por vontade própria. O homem, ao contrário, detentor de uma capacidade racional, age autonomamente, contrariando, inclusive, as próprias inclinações. Aliás, um ato moral digno, é um ato não condicionado às paixões. Portanto, um ser que age moralmente, na perspectiva kantiana, é um ser que age tendo em vista duas coisas: a capacidade de estabelecer fins para si mesmo, e de fazer escolhas no sentido de alcançar os fins traçados. Arneson se propõe a analisar se a complexidade psicológica humana imaginada por Kant descreve uma capacidade que possuímos absolutamente, isto

é, que não admite graus, e se tal capacidade é, ou não, compartilhada com outros animais. Nas palavras de Arneson,

A visão kantiana é que existem na realidade capacidades que são cruciais à atribuição de *status* moral fundamental, que não variam em grau. Ou se tem a capacidade, ou não (...) Considere a capacidade de estabelecer um fim, escolher uma meta, e decidir sobre uma ação para realizá-la. Pode-se supor que todos os humanos têm aquela capacidade, exceto o comatoso permanente ou o anencefálico. Portanto, todos os humanos são merecedores do *status* moral fundamental.³⁴

A liberdade moral, por exemplo, no quadro kantiano, não admite graus. Ou se a tem, ou não se a tem, tal capacidade. Se alguém a tem, então, podemos classificá-la como pessoa. Se não a possui, podemos classificá-la como não-pessoa. É a partir de tal limiar ou linha divisória não arbitrária que se pode reconhecer quem é merecedor de *status* moral fundamental ou não. Mas, numa perspectiva crítica, pontua Arneson, capacidades que admitem graus, interagem com outras capacidades sem grau, e, dada a hipótese de que várias dessas capacidades sem graus sejam relevantes para estabelecer o *status* moral, quem as possui em maior grau, por suposto, estaria no topo da hierarquia moral. Isto significa dizer que,

Mesmo que a disposição de fazer o que se pensa ser moralmente correto fazer seja inatacável, seu valor pretendido não fornece uma base válida para se afirmar o valor e dignidade igual das pessoas humanas. A capacidade de agir conscientemente varia, ela mesma, empiricamente, de pessoa para pessoa, como qualquer outra capacidade valiosa.³⁵

Qual, então, o problema que Arneson detecta na perspectiva kantiana da igualdade? Seguramente o problema reside na dificuldade de se identificar o limite que separa humanos de não-humanos de modo não arbitrário. Parece que a solução para o “problema de Singer”, isto é, o problema de Arneson com as teses de Singer, ainda está a meio caminho.

No sentido de extrapolar os argumentos kantianos, Arneson considera também os argumentos de Nozick, perguntando-se se o especismo não se sustentaria a partir de um “padrão complexo”, ou de uma “parcialidade admissível”, no sentido de que uma exigência moral a favor de membros da espécie humana seja aplicada apenas em relação aos membros da espécie humana. Mas, Arneson se declara cético em relação aos argumentos de Nozick. No seu entendimento, o *PICIS* de Singer, é uma proposta robusta, se comparada com as morais não utilitaristas. E tal concessão, feita ao utilitarismo, não é uma trivialidade. Visando defender-se de alguma possível má interpretação de suas idéias, por exemplo, de que defende a base normativa da igualdade humana estritamente em termos de capacidades cognitivas, Arneson destaca, em suas conclusões, a relevância das capacidades afetivas para a definição do *status* moral. Defende, portanto, que a capacidade de autonomia racional é decisiva para o estabelecimento do *status* moral, sem excluir totalmente a disposição ao desejo. Nesse sentido, conclui:

O agente que é capaz de ser autônomo racionalmente é capaz de ser movido à ação por sua

percepção de boas razões para a ação, incluindo razões morais que atendam aos interesses de outros seres. Essa, em minha visão, é uma capacidade afetiva, não puramente cognitiva.³⁶

4 - Considerações finais:

A hipótese inicial do trabalho exposto é a de que Arneson faz uma leitura “distorcida” de Singer. Foi o que procurei demonstrar até aqui, me perguntando: é possível estabelecer um princípio que fundamente a idéia de igualdade, sem discriminar humanos e não-humanos?

Vimos que Singer busca tal fundamento, formulando o *PICIS*. De acordo com Singer, a característica vital que confere a um ser o direito a igual consideração é a capacidade de sofrimento e/ou fruição ou de felicidade,³⁷ denominada *senciência*. Segundo Singer, a capacidade de sofrer e de desfrutar, é condição não só necessária, como suficiente para dizer que um ser tem interesses. E, se quisermos falar de limite defensável para nos preocuparmos com os interesses de outros, este limite, diz Singer, é o limite da *senciência*. Estabelecer alguma outra característica, como: inteligência, razão, sexo, cor de pele, além do limite da *senciência*, seria estabelecer um critério arbitrário.

Ao analisar as idéias de Singer, Arneson encontra o que denomina o “problema de Singer”, um problema que, no seu entender, surge na medida em que há conflitos de interesses. Como considerar, igualmente, interesses em conflito, se humanos e não-humanos diferem em espécie e de indivíduo para indivíduo? Eis o problema que o princípio proposto por Singer não resolve tão facilmente, segundo Arneson. Em outras palavras, Arneson afirma que Singer reintroduz o elitismo moral. O mesmo elitismo que Singer procurara combater com afinco, presentes nas propostas morais tradicionais.

Segundo a análise de Arneson, o elitismo moral, em Singer, se faz presente, na medida em que o autor reconhece preferências legítimas nos indivíduos, por serem capazes de interesses mais complexos e ricos do que outros.

A distorção da leitura de Arneson em relação às idéias de Singer leva a afirmar que: primeiramente, conforme mostrado acima, Arneson confunde “preferências” com “prioridades”. Em que fundamentam, os humanos especistas, a idéia de que seus interesses em relação aos interesses dos animais são mais elevados, se não na idéia de que os animais não sentem dor, e se a sentem, seu interesse em não a sofrer não tem valor moral algum? Em segundo lugar, como demonstrado, se podemos falar, a partir de Singer, de uma demarcação de limite como forma de nos preocuparmos com os interesses de outros, esse limite defensável não será nenhum daqueles limites arbitrários apontados por Arneson, e sim “o limite da *senciência*”.³⁸

Ora, inteligência, personalidade moral, racionalidade e hereditariedade são atributos factuais que não podem sustentar solidamente a reivindicação da igualdade. Em suma, a essência do *PICIS*, mesmo que proposto como um princípio mínimo de igualdade, “significa que, em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos os que são atingidos por nossos atos”.³⁹

Fica demonstrado, dessa maneira, que a acusação, presente nas críticas de Arneson, de que

Singer é “elitista” moral não encontra eco. Conseqüentemente, o “problema” de Singer não existe. E se existe, não ficou claramente demonstrado.

Apesar de todo o esforço dispensado na análise de vários autores, Arneson parece não ter encontrado esse *algo* que tornaria todos os humanos iguais, tal como sugere no título de seu artigo. O que o faz reconhecer os méritos do robusto princípio proposto por Singer para o campo da ética.

NOTAS

* Bacharel em filosofia e mestrando do programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia da UFSC Universidade Federal de Santa Catarina. Bacharel em Filosofia. E-mail: valdenesio@yahoo.com.br

** Mestrando – Departamento de Filosofia. UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciado em Filosofia. E-mail: leocis@uol.com.ar

***Agradecemos aos colegas pelos questionamentos levantados ao texto preliminar, apresentado no Seminário de Ética II, 2003.1, do Mestrado em Ética e Filosofia Política da UFSC, e nas oficinas da produção de texto em 2004.2. Suas críticas possibilitaram-nos rever importantes aspectos do texto, sempre à luz do rigor e da exigência que a academia requer, sob a orientação da incansável e instigadora professora Sônia T. Felipe. Agradecemos, especialmente à Profª. Dra. Inês da Silva Mafra, professora da UDESC por fazer as correções desse trabalho.

¹ SINGER, Peter. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 47.

² ARNESON, Richard J. What, if Anything, Renders All Humans Morally Equal? In: JAMIESON, Dale (Ed.). *Singer and his critics*. Oxford: Publishers, 1999. Traduzi o texto citado com o objetivo de tornar acessíveis, em nossa língua, as considerações feitas pelo autor, no original em inglês.

³ SINGER, Peter. *Ética prática*. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 25.

⁴ ARNESON, WARHI, p.104.

⁵ Na 4ª nota de rodapé do texto *Todos os animais são iguais*, Singer declara dever o termo “especismo” a Richard Ryder. Cf. SINGER, VE, p.52.

⁶ SINGER, VE, p. 54.

⁷ Ibid, p. 54

⁸ Abreviação do *Princípio da Igual Consideração de Interesses Semelhantes*. Daqui em diante utilizaremos a abreviação sempre que fizermos referência ao princípio estabelecido por Peter Singer.

⁹ SINGER, VE, p. 51.

¹⁰ ARNESON, WARHI, p. 105.

¹¹ Idem, p. 105.

¹² SINGER, VE, p. 48.

¹³ Ibid, p. 61.

¹⁴ SINGER, EP, p.71.

¹⁵ Ibid, p. 30.

¹⁶ Ibid, p. 84.

¹⁷ Ibid, p. 27.

¹⁸ Importante destacar que essa propriedade moral constitutiva da base da igualdade humana, segundo Singer, provém da abordagem contratual da justiça, elaborada por Rawls.

¹⁹ Ibidem, p. 28.

²⁰ No capítulo XII de EP, p. 345.

²¹FELIPE, Sônia T. Regan e a concepção de sujeitos-de-uma-vida como sujeitos de direitos morais. In.: Por uma questão de *princípios* (deveres) ou por uma questão de *direitos* (obrigações); alcance e limites das teorias éticas de Peter Singer e de Tom Regan na defesa dos animais; um estudo crítico. Centro e departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001-2002. Relatório final de doutoramento.

²² SINGER, EP, p. 28.

²³ ARNESON, WARHI, p.110.

²⁴ Idem, p. 110.

²⁵ Ou seja, o princípio da igualdade é estabelecido, segundo a concepção da prioridade, de acordo com o nível de utilidade anteriormente vivenciado pela pessoa que será motivo de consideração no atendimento de seus interesses afetados.

²⁶ Como, por exemplo: “evitar a dor, desenvolver as próprias capacidades, satisfazer as necessidades básicas de alimento e abrigo, manter relações amigáveis e amorosas com outros e ser livre para realizar os seus projetos sem a desnecessária interferência alheia”. Cf. SINGER, EP, p. 32.

²⁷ SINGER, EP, p. 33.

²⁸ O Princípio assevera que “certa quantidade de alguma coisa é mais útil para quem a possui em pequena quantidade do que para quem a possui em grande”. Cf. SINGER, EP, p. 33.

²⁹ Ibid, p. 34.

³⁰ Ibid, p. 34.

³¹ SINGER, VE, p. 50. Grifo do autor.

³² Capacidade de sofrimento e/ou fruição.

³³ SINGER, VE, p. 54.

³⁴ ARNESON, WARHI, p. 119, 121.

³⁵ Ibidem, p. 121.

³⁶ Ibidem, p. 127.

³⁷ SINGER, VE, p. 53.

³⁸ Ibidem, p. 54.

³⁹ SINGER, EP, p. 30.

Referências Bibliográficas

ARNESON, Richard J. What, if Anything, Renders All Humans Morally Equal? In: Jamieson, Dale (Ed.). *Singer and his critics.*; Oxford: Publishers, 1999.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

_____. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

FELIPE, Sônia T. Regan e a concepção de sujeitos-de-uma vida como sujeitos de direitos morais. In.: *Por uma questão de princípios (deveres) ou por uma questão de direitos (obrigações); alcance e limites das teorias éticas de Peter Singer e de Tom Regan na defesa dos animais; um estudo crítico*. Centro e Departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001-2002. Relatório de Pós-doutorado em Ética-Animal.

_____. *O sacrifício do outro: introdução à reflexão ética sobre o uso de animais nos laboratórios de Ensino da UFSC*. Mesa-redonda, UFSC, 18/06/1999. In: <http://www.internichebrasil.org/literatura/sfelipe1.htm>.

SINGER, Peter. *Ética prática*. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.